



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00000858/2024-14

Assunto: Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº 57483246599

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

EMENTA: Pedido do nome e cargo do servidor que redigiu o e-mail encaminhado ao requerente. Informação inexistente. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00090/2024

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que quem responde o e-mail não é o servidor, e sim o órgão demandado. A ausência de resposta em fase recursal de 1ª instância motivou o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20, do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023.
3. Espontaneamente o órgão encaminhou e-mail informando que o responsável pela Unidade Processante é o Professor Paulo José Ferrari. A manifestação do órgão foi encaminhada ao requerente que insatisfeito respondeu: *"Prezados, NÃO SOLICITEI INFORMAÇÕES SOBRE QUEM É O RESPONSÁVEL PELA UNIDADE PROCESSANTE. O pedido de informações foi extremamente claro e explícito, não correspondendo a informação prestada ao que foi requerido. Aguardo a devida resposta diante do que foi solicitado."*
4. Com base na manifestação do solicitante, o órgão foi instado a se pronunciar e informou que não é possível identificar o autor ou autora responsável pela redação do e-mail institucional intitulado 'Unidade Processante - Centro Paula'. Isso ocorre porque essa caixa de e-mail é de uso da Unidade como um todo, não pertencendo a uma pessoa específica.
5. Em análise do caso em apreço, verifica-se que esclareceu que não existe registro com a identificação do autor do e-mail encaminhado ao solicitante por se tratar de um e-mail corporativo que é utilizado por vários servidores daquela unidade.
6. Nesse sentido, cumpre destacar, que a existência do objeto da solicitação é condição necessária para o conhecimento de um pedido de acesso a informação e que a declaração de inexistência da informação, pela Administração, é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente dos princípios da boa fé e da fé pública.
7. Tem se, portanto, que o atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista, assim a declaração de inexistência da informação é considerada resposta satisfatória para fins de Lei de Acesso à Informação, sendo oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme precedentes desta Controladoria Geral do Estado, a exemplo das Decisões CGECODUSP/LAI 309/2022 e CGECODUSP/LAI 00407/2023, entendimento também consolidado no plano

federal pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, como pode ser observado no disposto na Súmula CMRI nº 6/2015:

8. "INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO: A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."
9. Assim, considerando que o órgão comunicou a inexistência da informação solicitada, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011 e no artigo 14, III, do Decreto 68.155/2023, estando ausente o pressuposto recursal da negativa de acesso previsto no artigo 20 do aludido Decreto.
10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de maio de 2024

Valmir Gomes Dias

Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 06/05/2024, às 20:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0026448637** e o código CRC **BAA72528**.